



CÂMARA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO

PROCESSO Nº 42/2022

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

LOCAÇÃO OPERACIONAL, EM REGIME DE RENTING DE UMA ESCAVADORA DE RASTOS

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Largo Dr. Joaquim D'Almeida
3680 – 111 Oliveira de Frades
Telef. 232 760 300 / Fax. 232 761 727
www.cm-ofrades.com
e-mail: cmofrades@mail.telepac.pt
N.º verde: 800 960 123
MOF.409_03

Concurso Público - Programa de Procedimento



Índice:

1. Identificação do procedimento
2. Entidade adjudicante
3. Órgão competente para a decisão de contratar
4. Fundamento da escolha do procedimento
5. Admissão de concorrentes
6. Disponibilização das peças do procedimento
7. Júri do Procedimento
8. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento
9. Documentos que integram a proposta
10. Apresentação de propostas variantes
11. Prazo e Modo de apresentação da proposta
12. Prazo de manutenção das propostas
13. Critérios de Adjudicação
14. Consulta da lista dos concorrentes e das propostas
15. Audiência Prévia
16. Notificação da decisão de adjudicação
17. Documentos de habilitação
18. Modo de prestação da caução
19. Minuta do contrato
20. Celebração do contrato escrito
21. Legislação aplicável



CÂMARA MUNICIPAL

1. Identificação do procedimento

1.1 O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de serviços de: *"locação operacional, em regime de renting de uma escavadora de rastros"*, em conformidade com o previsto no caderno de encargos e nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor), pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

1.2 A presente execução da aquisição de serviços, encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com o código 50111100-7, designado de serviços de gestão de frotas de veículos.

1.3 O procedimento segue o disposto nos artigos 130.º a 148.º do CCP – Código dos Contratos Públicos.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Oliveira de Frades, com endereço no Largo Dr. Joaquim de Almeida – 3680-111 Oliveira de Frades e com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

- NIF: 501306234
- Telefone: + 351 232 760 300
- Fax: + 351 232 761 727
- Correio Eletrónico: cmofrades@mail.telepac.pt
- Plataforma eletrónica: <https://www.acingov.pt>

3. Órgão competente para a decisão de contratar

Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei



CÂMARA MUNICIPAL

nº 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio, adiante designado simplesmente por CCP – (Código dos Contratos Públicos), a decisão de contratar subjacente ao presente procedimento concursal, foi tomada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, datado de **__ de julho de 2022**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Câmara Municipal (deliberação tomada em 21/10/2021) ao abrigo do nº 2 do artigo 29º e na alínea b) do nº 1 do artigo 18º, ambos do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, ainda vigente, por força do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 14º do CCP - Código dos Contratos Públicos.

4. Fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento é efetuado ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 20.º do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio.

5. Admissão de concorrentes

5.1. Não serão admitidos concorrentes que se encontrem em qualquer das situações descritas no artigo 55º do CCP.

5.2. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, do andamento do procedimento exigir aos concorrentes a apresentação de quaisquer documentos comprovativos das habilitações legalmente exigíveis para a execução do contrato, fixando-lhe prazo para o efeito.

6. Disponibilização das peças do procedimento

As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet www.acingov.pt.

7. Júri do Procedimento

7.1. O presente procedimento é conduzido por um júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, o qual inicia funções no dia útil seguinte ao do envio do anúncio para publicação, sendo constituído por um



CÂMARA MUNICIPAL

mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes.

- 7.2** Ao júri do procedimento compete proceder à apreciação das propostas de acordo com o critério de adjudicação, à elaboração do relatório preliminar, à audiência prévia dos concorrentes e à elaboração do relatório final.

8. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

- 8.1.** O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do concurso, nos termos da alínea a) do n.º 5 do art.º 50º, n.º 1 do art.º 67º e n.º 2 do art.º 69º, todos do CCP.
- 8.2.** Os esclarecimentos de que porventura os concorrentes careçam relativamente à boa compreensão e interpretação dos elementos patenteados a concurso devem ser apresentados, por escrito, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.
- 8.3.** O Júri responderá, por escrito, através da referida plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo que a falta de resposta até àquela data, determina a prorrogação do prazo de apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 8.4.** Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, sendo notificados todos os interessados.

9. Documentos que integram a proposta

- 9.1.** A proposta deve incluir os elementos documentais enunciados em seguida, de apresentação obrigatória:
- 9.1.1.** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa de procedimento, devidamente assinada



CÂMARA MUNICIPAL

pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado;

- 9.1.2. Certidão Permanente/forma de obrigar da empresa ou representante que tenha poderes para o obrigar;
- 9.1.3. Proposta de preço global com indicação expressa da não inclusão do IVA (Ver anexo III do PP) que contenha os atributos da proposta, nomeadamente as quantidades, características e especificações dos serviços/bem objeto do presente concurso, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos;
- 9.1.4. Declaração - (a que se refere o nº 4 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo anexo ao decreto-lei nº 4/2015, de 7 de janeiro) (Ver Anexo IV);
- 9.1.5. Documento que contenha as especificações técnicas do bem a locar, contendo o respetivo descritivo, marca e modelo, e a especificação das características técnicas de todos itens que constituem ou apetrecham o equipamento, bem como o envio de fotos ou catálogos (em língua portuguesa) que o concorrente julgue necessários para complementar a sua proposta e a uma correta avaliação do cumprimento das características solicitadas pela entidade adjudicante.
Obs: A não entrega da respetiva ficha técnica ou outro documento equivalente, invalida a capacidade do júri para a análise e/ou avaliação das propostas apresentadas, no que se refere à verificação da correspondência entre o pretendido pelo Município e o proposto pelo concorrente, pelo que a não apresentação daquela ficha, será motivo de exclusão da proposta;
- 9.1.6. Declaração a atestar que a escavadora de rastros será entregue impreterivelmente no prazo de 15 dias a contar da celebração do contrato;
- 9.1.7. Certificado de conformidade;

- 9.2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL

9.3. Todos os documentos devem ser assinados digitalmente através de **Assinatura Eletrónica Qualificada**, nos termos do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

10. Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

11. Prazo e Modo de apresentação da proposta

As propostas deverão ser apresentadas até às 18:30 horas do **nono dia** após publicação em Diário da República.

12. Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de **90 dias**.

13. Critérios de Adjudicação

13.1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade - "**Monofator**", designadamente o "**preço**" enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP – Código dos Contratos Públicos e posteriores alterações, em virtude de o caderno de encargos definir todos os elementos da execução do contrato a celebrar.

13.2. No caso de existir empate entre propostas, o critério de desempate que se irá adotar no caso de o mais baixo preço constar de mais do que uma proposta, será através de sorteio, a desenrolar presencialmente com os representantes dos concorrentes das propostas intervenientes, em data, hora e local a comunicar, com a antecedência mínima de 2 dias, do qual será lavrada ata pelo júri do procedimento.

14. Consulta da lista dos concorrentes e das propostas

No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será



CÂMARA MUNICIPAL

disponibilizada a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica referida no ponto 6, a lista dos concorrentes que apresentaram proposta, bem como as respetivas propostas.

15. Audiência Prévia

Após a elaboração do relatório preliminar de análise das propostas, o mesmo será publicado na plataforma eletrónica identificada no ponto 6., para que os concorrentes se pronunciem no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

16. Notificação da decisão de adjudicação

A decisão de adjudicação é notificada através da plataforma eletrónica referida no ponto 5, em simultâneo, a todos os concorrentes, sendo acompanhada do relatório final de análise das propostas.

17. Documentos de habilitação

17.1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de **5 dias** a contar da notificação de adjudicação os seguintes documentos:

- 17.1.1 Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao presente programa de procedimento;
- 17.1.2 Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- 17.1.3 Certidão do registo comercial atualizada, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções (caso já a tenha entregue com a proposta já não é necessária);
- 17.1.4 Documento de identificação do adjudicatário, caso se trate de uma pessoa singular ou documentos de identificação dos representantes

CÂMARA MUNICIPAL

legais da adjudicatária, caso se trate de uma pessoa coletiva. Nas situações em que o/a adjudicatário(a) for representado (a) por procurador, juntar a competente procuração. *(Alerta-se que, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, é interdita a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio, sem consentimento do titular. Em caso de disponibilização do mesmo, considera-se um ato devidamente informado e consentido).*

- 17.1.5 Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto ou o respetivo código de acesso (o preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>). *(Não aplicável a entidades em nome individual).* Tendo em atenção o disposto no n.º1, b) do artigo 37.º da Lei n.º89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

- 17.2. Os documentos mencionados no ponto anterior deverão ser enviados obrigatoriamente através da **plataforma eletrónica de compras públicas da acinGov** - <https://www.acingov.pt>.

18. Modo de prestação da caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e ulteriores alterações, não será exigido a prestação de caução.

19. Minuta do contrato

- 19.1. A minuta do contrato é notificada, para aceitação, ao adjudicatário.



CÂMARA MUNICIPAL

19.2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

19.3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do CCP - Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

19.4. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

20. Celebração do contrato escrito

20.1. A outorga do contrato terá lugar no prazo máximo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação da mesma.

20.2. Com a antecedência mínima de 5 dias, o adjudicatário será notificado da data, da hora e do local em que ocorrerá a outorga do contrato.

21. Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente programa de procedimento, observar-se-á o disposto no CCP - Código dos Contratos Públicos, no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e na Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e restante legislação aplicável.

Oliveira de Frades, 12 de julho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,

[Assinatura
Qualificada] João
Carlos Ferreira Valério
(João Carlos Ferreira Valério – Dr.)

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] João
Carlos Ferreira Valério
Dados: 2022.07.12 17:24:26
+01'00'

(Documento assinado digitalmente através de assinatura eletrónica, mediante utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada)



CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da



CÂMARA MUNICIPAL

adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b)**, **d)**, **e)** e **h)** do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇO

(n.º 1 do artigo 56.º do CCP)

a) F _____ (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), Pessoa Coletiva n.º _____, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público, processo n.º 42/2022 – para a **«Aquisição de serviços – locação operacional, em regime de renting de uma escavadora de rastros»**, a que se refere o anúncio publicado no DR, II Série, n.º _____, de ____/07/2022, sob o n.º ____/2022, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia e em conformidade com as **características técnicas descritas no documento anexo a esta proposta¹**, conforme definido no Capítulo VII – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, pelo preço contratual de _____,____ euros (por extenso e por algarismos), a que corresponde uma renda mensal antecipada e fixa no valor de _____,____ euros (por extenso e por algarismos), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos. À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Obs: No caso de serem ultrapassadas as 1500 horas/ano de utilização (125 horas mês), o valor da hora extra terá um custo adicional no montante de _____,____ euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura.....

¹ O concorrente deverá juntar em anexo à sua proposta uma descrição pormenorizada que *contenha os atributos da mesma (quantidades, características e ou especificações dos serviços/bens, ou porventura outros documentos que julgue convenientes etc.)*.